

A PRESENÇA DO MANUAL ESCOLAR NO ENSINO DE FILOSOFIA: EM TEMPO DE PANDEMIA¹

The Presence of the School Manual in the Teaching of Philosophy: in a Pandemic Time

Aldemir Barbosa da Silva²

RESUMO

O presente texto tem por objetivo analisar a presença do manual escolar no ensino de filosofia: em tempo de pandemia. Além de privar o convívio social, os avanços da covid-19, provocaram rupturas no processo de ensino-aprendizagem e na formação sócio-político-cultural em processo nas instituições educacionais das nações. Tal cenário tornou-se um desafio aos professores que convivem com os medos contemporâneos da pandemia, sendo instigados a (re)estruturar suas práticas pedagógicas alinhadas aos protocolos da Organização Mundial da Saúde (OMS). No ensino de filosofia a presença dos manuais escolares apontam um instrumento estratégico, porém a ausência de recursos didáticos sinaliza a importância de discussões primordiais, como o (re)posicionar da filosofia na Educação Básica.

Palavras-chave: Ensino Filosofia. Pandemia. Manual Escolar. Legislação.

ABSTRACT

The present text aims to analyze the presence of the school manual in the teaching of philosophy: in a time of pandemic. In addition to depriving social interaction, the advances of covid-19, caused ruptures in the teaching-learning process and in the socio-political-cultural formation in process in the educational institutions of nations. Such a scenario has become a challenge for teachers who live with contemporary fears of the pandemic, being urged to (re)structure their pedagogical practices in line with the World Health Organization (WHO) protocols. In the teaching of philosophy, the presence of school manuals point to a strategic instrument, but the absence of didactic resources indicates the importance of primordial discussions, such as (re)positioning philosophy in Basic Education.

Key-words: Teaching Philosophy. Pandemic. School Manual. Legislation.

¹ <https://doi.org/10.51359/2357-9986.2023.250772>

² Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: maquiavel.sc@hotmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2030-221X>. Professor da Secretaria do Estado da Educação de Santa Catarina – SED/SC. Doutor e Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na linha de pesquisa - História e Historiografia da Educação; Licenciado em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

1. Introdução

A presença da Covid-19, aponta a fragilidade científica das nações frente a um inimigo comum. Tal instabilidade instigou a comunidade científica³, sendo realizado um conjunto de estudos e experimentos entre laboratórios de diferentes agências, que resultou no desenvolvimento da vacina (2021), fato que possibilita a sociedade (re)vivenciar o cotidiano, em consonância aos protocolos específicos instituídos pelas nações.

As incertezas na sociedade contemporânea apontam a emergente necessidade de fortalecer as redes de sociabilidade, no aprimorar das pesquisas nacionais e suas relações internacionais. Nesse contexto, a implementação de protocolos contra pandemia foram fundamentais para desacelerar o contágio e intensificar a prática de comportamentos que permitam (re)organizar ações no campo sócio-político-cultural.

Em novembro de 2019 um surto de doença respiratória, causado pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), foi detectado na cidade de Wuhan, na China. Em dois meses foram confirmados milhares de casos de Covid-19 (atual denominação da doença), que resultaram em inúmeros óbitos. Em março de 2020, o novo coronavírus disseminou-se para mais de uma centena de países, continuando a causar doença respiratória e óbitos, especialmente em grupos de risco como idosos, gestantes, imunodeprimidos e outros (BRASIL, 2020a, p. 5).

Mas, entre as inúmeras indagações sobre o impacto da Covi-19, sinalizam no campo educacional: a postura organizacional das instituições educacionais públicas no país; as orientações que foram efetivas aos docentes nessa fase de incertezas; os recursos didáticos-pedagógicos para manutenção do ensino; há redes de comunicação que assistam à comunidade escolar; a apropriação de novos hábitos pela cultura escolar; e outros.

O ensino tornou-se um desafio em tempo de pandemia, pois como (re)posicionar as práticas de ensino-aprendizagem e (re)organizar o nosso cotidiano, são indagações que percorrem as nações. O isolamento social é

³ Entre os laboratórios na atualidade que trabalham no desenvolvimento da vacina: Moderna Inc., Pfizer/BioTech, Inovio Pharmaceuticals, Vir Biotechnology Regeneron Pharmaceuticals, Gilead Sciences e Johnson & Johnson – USA; AstraZeneca e GlaxoSmithKline – Inglaterra; Sputnik e Gamaleya – Rússia; Safoni – França; Sinovac – Brasil; e Takeda Pharmaceuticals Company – Japão.

um mecanismo de proteção que sinaliza um conjunto de novos comportamentos que devem ser assumidos pela humanidade, ou seja, uma (re)educação na ocupação dos espaços públicos ou privados.

Em 2021, o retorno das atividades nas instituições educacionais é marcado por protocolos específicos, que permitem o ensino híbrido (presencial e *on-line*), aulas remotas e a opção de escolas polos. Tal panorama foi diferente em 2020, pois as atividades impressas direcionadas pelas disciplinas escolares, foram entre as estratégias de ensino assumidas por inúmeras instituições pública do país. No ensino de filosofia a lacuna entre professor – aluno (aula expositiva), provocaram a ausência de uma formação imersa no raciocínio lógico, argumentativo e reflexivo, ou seja, uma postura filosófica.

Além da escassez de literaturas, obras clássicas, livros pedagógicos, dicionários e periódicos especializados nas bibliotecas escolar, o acesso limitado aos recursos das plataformas educacionais é uma realidade que atinge uma parcela dos alunos da educação pública, ou seja, sem livre acesso à *internet*, não há universalização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no ensino.

Tal cenário educacional aponta a inoperância/ausência de políticas em detrimento as necessidades primordiais (tecnológicas), para avanços do ensino de qualidade no país. Assim, os impressos em tempo de pandemia, são recursos essenciais (livre acesso) que circulam entre os alunos, sendo guiados pelas orientações pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem, possibilitam reduzir a ausência de saberes essenciais na formação.

Contudo, ainda podemos perguntar: *quais foram os possíveis avanços no processo de ensino-aprendizagem no ensino de filosofia, em tempo de pandemia?* Afinal, constata a formação de uma rede de comunicação ampliada pelas plataformas *on-line*, porém não supera a utilização dos impressos educacionais (livre acesso), entre as instituições públicas, ou seja, os manuais seguem ocupando uma posição privilegiada na formação da nação.

Este artigo foi estruturado em duas partes: na primeira a presença do manual escolar na pandemia, sendo um objeto escolar de livre acesso no formato impresso/virtual, tem posição privilegiada no percurso da formação do educando; na segunda, o (re)posicionar do ensino de filosofia, expõe os

avanços de políticas educacionais que projetam um processo de formação técnica-instrumental para o ensino médio.

2. O manual escolar na pandemia

O professor no ensino de filosofia em tempo de pandemia, tem por desafio utilizar uma metodologia que permita problematizar as questões filosóficas e aproximá-las de conexões com a realidade do educando. Tal perspectiva requer o envolvimento contínuo no desenvolvimento de um hábito que privilegie a tríade estudo-exercício-reflexão, ou seja, uma leitura dialógica com projeções na formação dos cidadãos.

Na procura de recurso que permitam estreitar o distanciamento no ensino-aprendizagem, em continuidade aos conteúdos estabelecidos no planejamento escolar, os manuais escolares específicos adotados pela instituição escolar, apontam como recursos didáticos presentes no cotidiano escolar. Tal posição estratégica do manual sinaliza um conjunto de intencionalidades que emanam de políticas educacionais, do autor, do campo editorial e outros.

O manual está, efetivamente, inscrito na realidade material, participa do universo cultural e sobressai-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico. Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o "saber-ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se (CHOPPIN, 2002, p. 14).

Mas, as restrições impostas pelo avanço da pandemia no campo educacional em 2020, impossibilitou no transcorrer do ano letivo, o acesso dos professores/alunos as instituições, como acesso aos manuais impressos⁴ – lo-

⁴ II. Estabelecer regras para que alunos e trabalhadores higienizem a cada troca de usuário, os computadores, tablets, equipamentos, instrumentos e materiais didáticos empregados em aulas práticas, de estudo ou pesquisa, com álcool a 70% ou com soluções sanitizantes de efeito similar, compatíveis com os respectivos aparelhos, equipamentos ou instrumentos; III. Manter em sala de aula apenas os materiais didáticos estritamente necessários para as atividades didático-pedagógicas, retirando ou reduzindo a quantidade de livros e outros materiais que não são utilizados; IV. Os livros do acervo da biblioteca, após sua utilização ou devolução por alunos, devem ser mantidos em quarentena em local arejado. Somente retornar para uso após quarentena de três dias. (SANTA CATARINA, 2020, p. 17-18).

calizados nas salas de aula ou bibliotecas, sendo um caminho percorrer as plataformas *on-line* das editoras.

A última referida lista dos manuais escolares de filosofia para o ensino médio da rede pública, foi publicada em 2018, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), seguindo critérios de avaliação/seleção/aquisição, dá-se a específica lista⁵: 1. *Iniciação a Filosofia*; 2. *Filosofia: temas e percursos*; 3. *Filosofia e Filosofias: existência e sentidos*; 4. *Filosofia: experiência de pensamento*; 5. *Diálogos: primeiros estudos de filosofia*; 6. *Fundamentos de Filosofia*; 7. *Reflexões: filosofia e cotidiano*; e 8. *Filosofando: Introdução à filosofia*.

Há um movimento entre as comissões do PNLD, que apontam rupturas com os compêndios e manuais que priorizam uma visão tradicional do ensino, sendo as novas orientações estratégicas em prol dos componentes curriculares que constituem a formação da nação. Na trajetória do PNLD⁶ 2012, 2015 e 2018, os manuais de filosofia são submetidos aos rigorosos princípios e critérios de avaliação nas seleções.

Os manuais de filosofia editados nos últimos anos são de melhor qualidade e procuram, sobretudo, criar para o aluno principiante canais de acesso a pensamento filosófico. Costumam entremear seus discursos com citações de filósofos ou apresentar as unidades temáticas segundas de uma seleção de trechos filosóficos para leitura, tornando, assim, menos rígida a separação entre esses dois textos. Alguns oferecem ainda um “glossário” ou “vocabulário” de termos filosóficos, instrumento auxiliar importa na compreensão dos conceitos e da linguagem técnica. Postura bem diferente dos manuais tradicionais, nos quais seu caráter de “texto segundo” acabava sendo camuflado ou permanecendo oculto, em razão da falta de referências

⁵ Segue a lista dos respectivos autores: 1. Marilena Chauí; 2. João Virgílio Curter, Luiz Repa, Marco Valentim, Paulo Vieira Neto, Roberto Bolzani Filho e Vinicius de Figueiredo; 3. Juvenal Savian Filho; 4. Silvio Gallo; 5. Ricardo Milani; 6. Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes; 7. Jose Antônio Vasconcelos; e 8. Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins.

⁶ O Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) é uma iniciativa do Governo Federal, representado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC), em cooperação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O objetivo deste esforço conjunto foi, por meio do Edital de Convocação 04/2015 – CGPLI, promover a aquisição de obras didáticas a serem distribuídas nas escolas públicas federais e nas que integram as redes de ensino estaduais, municipais e distrital que aderiram ao PNLD (BRASIL, 2017, p. 6).

ao discurso originário dos filósofos. Quase não se fazia uso de citações e raramente se indicavam as fontes bibliográficas (RODRIGO, 2009, p. 91-92).

A opção pelo manual escolar de filosofia – impresso/digital em tempo de pandemia, constitui uma das ferramentas educacionais primordial no avanço do processo educativo. Pois, tais manuais apontam inovações com a inserção de referências que remetem a sites, blogs, revistas digitais por meio de links, QR code e outros, que aproximam o/a despertar/curiosidade do aluno, sendo incorporado ao seu cotidiano novas práticas de aquisição dos saberes, com a utilização de recursos tecnológicos que tornam acessíveis pela rede *internet*.

A diversidade metodológica presente nas coleções aprovadas expressa que diferentes abordagens podem orientar atividades condizentes com a autonomia dos estudantes, a fim de que se apropriem não apenas dos conteúdos da disciplina, mas também e sobretudo do próprio modo de praticar a Filosofia. Entre os vários modos próprios de apresentar a Filosofia e o filosofar presentes em cada uma das obras aprovadas, predomina uma orientação teórico-metodológica temática associada à presença da História da Filosofia. As obras evidenciam assim a multiplicidade do debate filosófico, fazendo referência às várias perspectivas construídas ao longo da tradição filosófica. Esta apresentação da diversidade na tradição filosófica é fortemente expressa na diversidade de textos da tradição incluídos em cada uma das obras apresentadas, seja em meio ao desenvolvimento do conteúdo, seja em atividades, exercícios e no Manual do Professor (CORNELLI, 2019, p. 22).

No entanto, a escolha dos manuais escolares que irão constituir as instituições educacionais públicas do país é realizada pelos docentes a cada três anos, conforme a lista publicada pela PNLD, em consonância a política pública dos programas do livro. No entanto, o manual não é a centralidade no processo de ensino, mas um recurso que permite reduzir a distância entre o acesso de saberes primordiais no processo de formação – Educação Básica. Mas, em tempo de pandemia, o acesso as edições dos manuais digitais permitiram ao ensino de filosofia uma certa sincronia com os conteúdos já estruturados no planejamento anual.

No percurso de investigação das edições disponíveis entre plataformas digitais, constam os manuais (volume único). No primeiro caso, *Diálo-*

gos: *primeiros estudos de filosofia*; e *Filosofando: Introdução à filosofia*, da editora Moderna; *Filosofia e Filosofia: existências e sentido*, editora Autêntica; e *Filosofia: temas e percursos*, editora FTD – os quatro volumes estão em plataformas digitais, sem permitir *download*;

No segundo caso, *Filosofia: experiência do pensamento*, editora Scipione; *Iniciação à Filosofia*, editora Ática; e *Reflexões, filosofia e cotidiano*, editora SM – os três volumes estão disponíveis para *download*. E por fim, *Fundamentos da Filosofia*, editora Saraiva – tal volume transita em plataformas que permite/nega o acesso ao *download*.

A organização de tais manuais escolares aponta três eixos estruturais: História da Filosofia, Área da Filosofia e Temas da Filosofia, sendo fundamentais no processo de ensino-aprendizagem na disciplina escolar. No entanto, a relação entre os eixos é inevitável, pois no processo de reflexão filosófica é primordial ao investigador, adentrar no subsolo do conhecimento, seja nos arquivos das bibliotecas físicas/virtuais que permitam acesso ao legado filosófico (obras clássicas, fragmentos textuais, grandes indagações, fundação das correntes/escolas e outros), que marcam a trajetória do pensamento filosófico na humanidade.

Filosofia não é um conjunto de conhecimentos fixos e imutáveis que temos de decorar para passar de ano. Filosofia é, acima de tudo, admiração pelo que está à nossa volta, espanto e curiosidade pela natureza, pela sociedade e por nós. É vontade de conhecer e prazer do conhecimento. [...] Filosofar é pensar racionalmente de maneira radical sobre tudo o que nos encanta e aflige. Se fizermos isso, se filosofarmos habitualmente, não só teremos mais clareza sobre esse ou aquele aspecto investigado, mas também desenvolveremos habilidade e competências que favorecerão o conjunto de nosso entendimento ou da nossa capacidade de compreensão (MELANI, 2016, p. 3).

Em relação a organização dos eixos estruturais, inicia pela História da Filosofia que possibilita percorrer as especificidades de cada período – História da Filosofia Antiga (pré-socrático, clássico e helenístico), História da Filosofia Medieval (patrística e escolástica), História da Filosofia Moderna (Iluminismo) e História da Filosofia Contemporânea. Após, as Áreas da Filosofia, apontam uma estrutura de discussões essenciais que percorrem o pensamento – Metafísica, Epistemologia, Lógica, Política, Ética, Estética e

Filosofia da História. E por fim, os Temas de Filosofia – Liberdade, Verdade, Essência, Felicidade, Conhecimento, Amor, Razão e outros, estão entre as grandes indagações da filosofia.

Outra questão que se coloca sob esta perspectiva dos eixos estruturais é que, para alguns estudiosos, haveria uma diferença qualitativa entre optar por um ou outro eixo para organizar os conteúdos. Estas posições podem ser sintetizadas desta forma: [...] o eixo temático é mais adequado do que o histórico; [...] o eixo temático é mais adequado do que o histórico, mas ambos podem apresentar problemas de adequação; [...] o eixo temático e o histórico devem ser complementares, não havendo porque priorizar um ou outro (ALMEIDA JÚNIOR, 2012, p. 28).

Nessa perspectiva, os três eixos estruturais representam a organização de conteúdo para o ensino de filosofia, ou seja, não são conhecimentos isolados, pois compete ao professor realizar uma abordagem dialética que permita instigar a reflexão filosófica e a experiência do aluno. Os manuais são recursos didáticos, ou seja, instrumento que não retiram a autonomia do professor na escolha dos conteúdos e metodologia⁷, adotadas na construção do plano de ensino, afinal, o manual “não dá aula”.

Entre os desafios no ensino de filosofia em tempo de pandemia, está em proporcionar ao aluno a apropriação de um conjunto de competências e habilidades, marcada por uma relação intrínseca pelos conteúdos, metodologias e formas de avaliação. Nesse cenário de intensas transformações educacionais, as entidades educacionais brasileiras apontam aos novos rumos da Educação Básica, em torno Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁸.

Ao percorrer os novos desafios no processo de ensino-aprendizagem, apresentam provocações que são latentes aos professores, em prol da manutenção da formação do aluno em tempo de pandemia. Assim, torna-se imperativo a aplicabilidade de metodologias que permitam a apropriação dos saberes no ambiente familiar, em acordo com os protocolos OMS.

⁷ Como se sabe, a metodologia mais utilizada nas aulas de Filosofia é, de longe, a aula expositiva, muitas vezes com o apoio do debate ou de trabalhos em grupo (BRASIL, 2017, p. 36).

⁸ A BNCC é um documento plural e contemporâneo, resultado de um trabalho coletivo inspirado nas mais avançadas experiências do mundo. A partir dela, as redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passarão a ter uma referência nacional comum e obrigatória para a elaboração dos seus currículos e propostas pedagógicas, promovendo a elevação da qualidade do ensino com equidade e preservando a autonomia dos entes federados e as particularidades regionais e locais (BRASIL, 2020b, p. 5).

Nesse caso, a utilização do manual ou impressos específicos da disciplina escolar, a partir de novas conexões no processo de ensino estabelecidas pelos professores, permite (re)posicionar de forma estratégica as competências e habilidades projetadas sobre os temas do currículo escolar. Na ausência das aulas presenciais ocorre a (re)significação das práticas docentes, ou seja, uma incursão sobre as ações desenvolvidas na atualidade que restabeleça o processo de ensino-aprendizagem.

Na última edição dos manuais de filosofia (PNLD – 2018), apresenta a forma estrutural dos livros que irão compor o acervo didático das instituições, pelos itens: Organização didática; Conheça seu livro; Organização da obra; Como usar o livro; Modo de usar e outros. No caso, do manual *Iniciação à Filosofia* da autora Marilena Chauí, entre os aspectos que o configuram, constam: Capítulos; Boxes; Léxicos; Leituras filosóficas; Conexões; Em síntese; De olho na atualidade; Linha do tempo; Indicações; e Glossário.

Leituras filosóficas – trechos de textos de filósofos e de autores das ciências humanas e da literatura acompanhadas de questões para reflexão; Em síntese – diferentes questões sobre os conceitos e as discussões vistos no capítulo ajudam a sistematizar e organizar o que foi estudado; Léxicos – ao longo dos capítulos, pequenos boxes apresentam a origem dos termos e expressões relevantes no contexto e informações adicionais sobre eles (CHAUI, 2017, p. 4).

Após, expor informações de alguns itens do manual e percorrer a materialidade desse manual escolar, constata-se um conjunto de conexões que possibilitam fazer *links* entre as abordagens filosóficas ao longo da história, sendo uma estratégia utilizada no campo editorial, em prol da aquisição do manual pelas políticas públicas, ou seja, intensifica a relação entre produção, circulação e usos de tais impressos.

Nesse caso, o acesso aos manuais de filosofia do PNLD-2018, sinaliza a presença das edições (impresso e *on-line*), sendo um recurso didático que ocupa posição privilegiada nas instituições educacionais públicas. No entanto, a ausência de *notebooks* ou *tabletes* para as aulas, inviabiliza tal utilização dos manuais em *download* e acesso à rede *internet*, na construção de *links* com os conteúdos de aprendizagem.

Em 2020, na perspectiva de proporcionar uma aprendizagem que possa ultrapassar as barreiras do isolamento social, as instituições educacionais na pandemia, são espaços estratégicos (restrito acesso), que permitem a comunidade escolar (horários e dias agendados), retirar os materiais impressos que foram organizados pelos professores (disciplina específica), como a entrega de tais atividades orientadas (pré-estabelecidas). Esse cenário tem alterações significativas em 2021, pois os novos protocolos permitem as instituições um ensino híbrido (presenciais e *on-line*), aulas remotas e a opção de escolas polos.

Tal organização educacional está em prol da manutenção dos conteúdos mínimos de cada etapa do ensino, com objetivo de permitir o avanço contínuo do educando no processo de formação na Educação Básica. No entanto, as agências de avaliação de aprendizagem⁹, somente após levantar/interpretar tais dados, será possível expor um parâmetro que identifique com precisão as lacunas da pandemia na educação.

A presença das atividades orientadas constitui um instrumento de ensino em tempo de pandemia, sendo disponibilizadas pelos professores – impressos ou nas plataformas *on-line*. O (re)pensar as práticas de ensino de filosofia tem implicações, pois a ausência da aula expositiva, a leitura de textos filosóficos, os exercícios orais (diálogo, discussão, disputa e debate) ou escritos (bilhete, anotações, carta argumentativa, resumo de textos e dissertação) e outros, são (re)inventadas entre as novas práticas educacionais.

No entanto, o acesso a plataforma *on-line* educacional disponíveis no *Google*, possibilitam utilizar ferramentas que reduzem o distanciamento professor/aluno, como o *Google sala de aula* – comporta a organização das turmas (mural, atividade, pessoas e notas), e agenda; *Google Meet* – vídeo conferências seguras para todos; e outros. Tais recursos, são primordiais na permanência do ensino em tempo de pandemia, porém uma interferência de comunicação é o acesso restrito/limitado/ausente a rede *internet*, de uma parcela significativa dos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Assim, o manual escolar (materialidade) é imprescindível em tempo de pandemia, pois universaliza o acesso básico aos saberes de cada discipli-

⁹ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB; Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB; Prova Brasil; O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA; e outros.

na escolar, organizados entre as áreas do conhecimento: Linguagem e suas Tecnologias – Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa; Matemática; Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – História, Geografia, Sociologia e Filosofia, que apontam caminhos a serem investigados e confrontados no percurso do ano letivo.

No manual – *Dialogo: primeiros estudos em filosofia*, deparamos com uma estrutura que privilegia tal organização (uma introdução e 18 capítulos, distribuídos em 3 unidades), sendo configurado: Abertura de unidade – ideias e conceitos; Abertura dos capítulos – textos, imagens e questões; os textos principais – Descobrimos a tradição e Outras perspectivas; os boxes – Biografia, Informações complementares e Questões para pensar; e ao final de cada unidade, as respectivas seções – Atividades, Palavra de filósofo, Ampliando, Enem, vestibulares e concursos (MELANI, 2016).

Tais itens sinalizam uma relação estrutural que posiciona os saberes filosóficos (aponta traços da intencionalidade do autor), sendo primordial a ação pedagógica do professor nas orientações que constituem a utilização do manual, em prol de uma relação entre a aquisição do conhecimento e a formação da atitude crítica pelo aluno.

No atual contexto, a utilização do manual escolar e a produção de impressos organizados pelo professor (textos, atividades, avaliações, esquemas conceituais e outros), são instrumentos de aprendizagem disponíveis nas instituições (impresso), ou nas plataformas *on-line*, em acordo as orientações adotadas pela instituição educacional.

3. O (Re)posicionar do Ensino de Filosofia

A presença da filosofia no ensino médio da Educação Básica, mesmo amparado pela legislação educacional vigente, requer aos professores de filosofia fôlego nas articulações no âmbito nacional, em prol de um currículo escolar que contemple a representação das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, entre as contribuições primordiais na formação humana.

O ensino de filosofia é um desafio constante nas instituições educacionais, pois a identidade dessa disciplina escolar, está vinculada a uma po-

sição de emancipação pelo professor¹⁰ (educador ou pesquisador), entre os desafios que percorrem as práticas docentes nas instituições. Para Henning (2017, p. 24), “ouvimos também alusão a um certo desconforto de alguns filósofos ao se sentirem “limitados nos espaços institucionais”, uma vez, que segundo este ponto de vista, tal ambiente não favorece o vicejamento e a ebulição do “pensamento livre”.

A prática pedagógica na filosofia só tem sentido, quando a relação é dialógica entre professor e aluno, ou seja, na construção do conhecimento pela ação/reflexão de saberes específicos e sua correlação com as áreas de conhecimento. Tal dialogicidade permite ao professor, instigar uma postura filosófica do aluno, em prol de questões globais emergentes no campo sócio-político-cultural.

Para Freire (2011, p. 142), “a tarefa do educador dialógico é, trabalhando em equipe interdisciplinar este universo temático, recolhido na investigação, devolve-lo, com problema, não como dissertação, aos homens de quem recebeu”. Tal relação dialógica possibilita criar significados aos saberes desenvolvidos em sala de aula e sua extensão na formação de um agente crítico – que rompe com as formas alienantes da educação.

Nesse cenário, (re)pensar as atuais conexões no ensino filosofia é uma forma de aproximar diálogos no processo de ensino-aprendizagem, sejam entre professor, pesquisador, graduando e pós-graduando. Tal representação ocorre na Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), pelo GT Filosofar e Ensinar a Filosofar¹¹ (níveis fundamental, médio e superior de ensino), e no Encontro Nacional ANPOF Ensino Médio

¹⁰ Consiste em dar elementos para o aluno examinar de forma crítica as certezas recebidas e descobrir os preconceitos muitas vezes velados que as permeiam. Mais ainda, ao refletir sobre os pressupostos das ciências, da técnica, das artes, da ação política, do comportamento moral, a Filosofia auxilia o educando a lançar outro olhar sobre o mundo e a transformar a experiência vivida numa experiência compreendida. (BRASIL, 2002, p. 45).

¹¹ Em sua primeira reunião (2006) o GT Filosofar e Ensinar a Filosofar contou com 14 trabalhos selecionados. Dez anos depois, no XVII Encontro Nacional da ANPOF (Aracajú-2016), a área contou com a apresentação de 39 trabalhos no GT Filosofar e Ensinar a Filosofar, 40 trabalhos na Sessão Temática (ST) Filosofia e Ensino, 11 trabalhos na ANPOF - Ensino Médio, além de 5 mini-cursos em torno da temática Ensino de Filosofia. Esse expressivo crescimento da área na ANPOF é manifestação da crescente demanda por pesquisa em Ensino de Filosofia e do progressivo espaço que este vem ocupando nas escolas e na academia, impulsionado pela implementação de sua obrigatoriedade pela Lei 11.684/08, apoiado em políticas educacionais como o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD e nas experiências desenvolvidas em programas de formação inicial (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID) e continuada de professores de filosofia (CARNEIRO; ALENCAR, 2017, p. 11).

(relação ensino e pesquisa), em prol de ampliar a comunidade filosófica nacional.

Mas, pensar nas atuais redes de sociabilidade e engajamento dos professores de filosofia (regionais), constata lacunas no processo de construção de uma rede, que permita estabelecer discussões contínuas (anseios, inquietações, desafios, reflexões, projeções, diálogos e outros), pois o acesso restrito, ou seja, ao professor/pesquisador, desvincula as demandas cotidianas que são vivenciadas na realidade do chão da escola pública.

Além de reconhecer as inúmeras lacunas que constituem a ausência de tais professores na formação de uma rede de sociabilidade, surgem provocações que tornam pertinente, como: construção de uma identidade filosófica; articulações dos professores de filosofia na rede de ensino (municipal-estadual-federal), vinculadas as instituições públicas, particulares ou filantrópicas; organização de ciclos de formação continuada – interligadas as instituições superiores; eventos científicos específicos que privilegiem a interlocução da teoria e prática; criação de plataformas *on-line* (comunicação); e outros.

No projeto de (re)posicionar a filosofia, o agir comunicativo do professor com sua disciplina escolar, não pode ser invisível na instituição, pois a construção dos sujeitos comprometidos com anseios da sociedade contemporânea, perpassa os conteúdos – ética, política, estética, lógica, epistemologia, linguagem e outros. Nesse caso, o aluno no processo de ensino-aprendizagem se apropria de um conjunto de saberes filosóficos, que permite sua ação reflexiva e atitude crítica, ou seja, assume uma conduta filosófica.

Para Henning (2017), ao pensar “da teoria à prática pedagógica – ou, do lugar da filosofia na escola”, deparamos com específicas questões educacionais: a abordagem teórica da formação humana e a abordagem legal das políticas públicas. No primeiro caso, a posição estratégica da filosofia na constituição de tais saberes na formação do educando; e no segundo caso, os desafios instigantes que a realidade educacional impõe sobre o professorado, em prol de contínuas exigências sociais.

Vemos que a Filosofia, mesmo quando invisível na escola, se encontra nas duas dimensões supramencionadas, daí a sua aproximação visceral com a Educação, sendo um conjunto de saberes apropriado à vida escolar, em geral, e à (re)construção dos sujeitos de que precisamos, em particular, para habitar esse mundo inventariado pelos conhecimentos científicos, bombardeado por informações díspares e demonizado pelo não-localizado inimigo do homem (HENNING, 2017, p. 27- 28).

Assim, uma projeção organizada de diálogos entre os professores de filosofia faz emergente na atual conjuntura nacional, pois os desmembramentos que estão em curso na constituição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tem o predomínio de tendências ideológicas que podem comprometer a formação da nação, como reestruturar um currículo escolar em prol de interesses que compactuam a formação profissional, desvinculada a formação humanista. Nesse caso, o objetivo da disciplina filosofia:

Não é apenas propiciar ao aluno um mero enriquecimento intelectual. Ela é parte de uma proposta de ensino que pretende desenvolver no aluno a capacidade para responder, lançando mão dos conhecimentos adquiridos, as questões advindas das mais variadas situações. Essa capacidade de resposta deve ultrapassar a mera repetição de informações adquiridas, mas, ao mesmo tempo, apoiar-se em conhecimentos prévios (BRASIL, 2006, p. 30).

Em acordo, com a Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), a organização dos conhecimentos de filosofia sinaliza um conjunto de conteúdos inerentes a formação no ensino médio, articulados a metodologia e uma lista de habilidades e competências imprescindíveis ao ensino. Nesse caso, o (re)posicionar do professor de filosofia requer apoiar-se na trajetória da legislação educacional¹², como acompanhar os novos desdobramentos do ensino no cenário nacional, e agir/interferir no campo político educacional, em oposição as possíveis inclinações que prive/reduza o espaço das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no ensino da Educação Básica.

¹² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB. Lei n. 9.394/96; Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio, 1999; Parâmetros Curriculares Nacionais + para o Ensino Médio – PCN+EM; Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – OC-NEM, 2006; Lei n. 11.684, de 02 de julho de 2008; MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, de 22 de setembro de 2016; e a BNCC - legislação educacional vigente em 2022.

Difícilmente se poderá dizer que a Filosofia tem o seu lugar absolutamente garantido num qualquer sistema curricular, seja de que país for, estando a sua situação sempre ameaçada, seja pela substituição por alguma outra disciplina de rentabilidade mais visível, seja pela redução dos seus tempos letivos e minimização do seu programa, ou simplesmente pela sua passagem a disciplina opcional, o que, à partir, até pode parecer um feito de generosidade dos construtores e legisladores dos currículos escolares, pois se apresenta em nome da promoção da livre escolha dos alunos. Na realidade, porém, costuma simplesmente significar e costumar uma forma silenciosa de eutanásia curricular da filosofia (SANTOS, 2020, p. 10).

Nesse caso, assumir uma posição na perspectiva de pensar/organizar a construção de diques contra as inclinações que percorrem o campo político educacional, torna-se estratégico devido ao risco iminente da (des)fragmentação do currículo escolar, entre as projeções incertas na formação do novo currículo escolar organizado pela BNCC, a partir das competências gerais da Educação Básica. Nessa perspectiva, uma leitura sobre a noção de competência faz necessário no atual cenário da educação brasileira.

A centralidade da noção de competências no currículo, especialmente porque justificada e proposta pela via unidimensional do mercado, produz uma “formação administrada”, ao reforçar a possibilidade de uma educação de caráter instrumental e sujeita ao controle. Ignorar a dimensão histórico-cultural da formação humana, pelo caráter instrumental das proposições, gera um processo formativo voltado para a adaptação dos indivíduos em sacrifício da diferenciação e da autonomia. Nos dispositivos que orientam as proposições curriculares com base em competências, prepondera, assim, uma concepção de formação humana marcada pela intenção de adequação à lógica do mercado e à adaptação à sociedade por meio de uma abstrata noção de cidadania (SILVA, 2018, p. 11).

As intencionalidades que constituem a formulação da BNCC, sendo definindo por um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais, apontam um caráter instrumentalizador que diverge da formação humana integral. Nesse caso, os sinais do processo de formação humana técnico-instrumental na BNCC, dá-se nas projeções dos componentes curriculares obrigatórios aos três anos do ensino médio – a presença exclusiva – do ensino de matemática e língua portuguesa, sendo as outras disciplinas escolares

(re)organizadas, a partir de cada sistema de ensino ou nos itinerários formativos, por livre escolha dos alunos.

Como é possível observar, não há explicitamente nenhuma proibição com relação ao ensino de filosofia, porém, a não obrigatoriedade, em uma conjuntura educativa ainda fortemente pautada no ensino disciplinar, abre vários precedentes para a flexibilização/exclusão da filosofia no ensino médio, a qual os indicativos postulados anteriormente indicam um rápido percurso. O termo flexibilização é adotado pelos formuladores das políticas curriculares, segundo os quais, a filosofia em nada será prejudicada (FÁ-VERO; CENTENARIO; SANTOS, 2020, p. 4).

Mas, tal comportamento aponta intencionalidades que estão projetadas de forma gradual, ou seja, a desarticulação da presença das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no ensino médio, emanado aos sistemas de ensino públicos e privados a função de organizar um currículo escolar que responda aos anseios tecnicistas e utilitaristas. Tais inclinações já aponta os sinais na Lei Diretrizes de Base (LDB):

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação [...]. § 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. § 3º O ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas. (BRASIL, 2017, p. 25).

Nesse caso, importante analisar a expressão “obrigatoriamente estudos e práticas”, no art. 2, não está correlacionada a expressão “obrigatória nos três anos do ensino médio”, no art. 3, ou seja, a posição do ensino de filosofia no currículo escolar retorna a uma posição de “xeque”, já vivenciado tal instabilidade no percorrer da história da educação brasileira.

Nessa nova determinação, ainda não se sabe ao certo como será a presença e a ensinabilidade da disciplina na escola. Os impactos da nova configuração dada à filosofia, na reformulação da lei, vão instaurar, talvez, ambientes menos críticos, menos participativos na escola. O que, de fato, significa “estudos e práticas de filosofia”? Essa é uma das inquietações produzidas pela nova Lei. Diante desse cenário, há que se problematizar as modificações jurídicas que legam, à filosofia, espaços incertos, dúbios,

por vezes, amorfos e débeis. A filosofia desafia o pensar alienado e assim, gesta a mudança, a revolução, a transformação de valores e ações, imprimindo pensamentos e comportamentos mais arrojados (FERREIRA, BRISKIEVICZ, FERREIRA, 2018, p. 18).

Assim, os avanços da BNCC na (re)estruturação da Educação Básica sinalizam um mecanismo de intervenção que reduz a presença das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no processo de formação, sendo um alerta eminente a comunidade filosófica. A presença do ensino de filosofia no currículo escolar, tem por objetivo a construção de uma conduta filosófica ancorada na formação da ação reflexivo/crítico. Nesse caso, impossibilitar o acesso a tais saberes da “filosofia” é retirar um legado a uma geração.

4. Considerações finais

Nesse cenário de inúmeras ausências pedagógicas produzidas pela Covid-19, os professores das instituições públicas (Educação Básica), depararam com a escassez de recursos didáticos, equipamentos tecnológicos e a inoperância das TICs, fatos que evidenciam a fragilidade de políticas públicas no processo de universalização de uma educação de qualidade.

O isolamento social causado pela pandemia provoca um rastro de ausência imensurável no campo da educação, pois a realidade do ensino público em 2020, foi marcada pelo impresso, ou seja, pela realização de atividades orientadas pelos professores (descrita nos impressos). Nesse caso, o manual de acesso livre e gratuito nas instituições públicas, foram um recurso didático estratégico no contínuo processo de formação, sendo imperativo políticas direcionadas a uma postura de modernização e implantação de novos recursos didáticos (tablet, lousas digitais, jogos didáticos, experimentos científicos e outros).

Nesse cenário, a presença dos manuais de filosofia no ensino médio, foi um recurso que ocupou posição centralizada nas orientações dos professores, pois sem acesso a outros recursos, torna-se impossível outras formas de pesquisa, ou seja, as limitações sem acesso à *internet* inviabilizaram orientações imprescindíveis para a formação de uma conduta filosófica.

Além da ausência de aulas expositivas que provocam rupturas no processo de ensino-aprendizagem na pandemia, os professores de filosofia convivem com as novas incertezas no campo político educacional, pois os avanços de um projeto inclinado ao processo de formação humana técnica-instrumental, ou seja, de inspiração neoliberal se configura pela BNCC no cenário educacional nacional.

Recebido em 11/06/2021

Aprovado em 27/01/2023

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, J. B. de. Os eixos de organização dos conteúdos e a problematização no ensino de filosofia. *Linhas*. Florianópolis, v. 13, n. 01, p. 24 – 39, jan. / jun. 2012. Disponível em: < <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2719> >. Acesso em 05, fev. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Ciências Humanas e suas tecnologias*. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. *PNLD 2018: filosofia – guia de livros didáticos – Ensino Médio*. MEC – Secretária de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: MEC, SEB, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. *Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Especializada*. MS, SAES, DAH. 1ª. Ed. Brasília: MS, 2020a.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. MEC, SEB, Brasília, 2020b.

CARNEIRO, S; ALENCAR, M. V de. Apresentação. In: ALENCAR, M. V. de; et al. (org.). *Filosofar e ensinar a filosofar*. São Paulo: ANPOF, 2017.

CHAUI, M. *Iniciação à filosofia*. São Paulo: Ática, 2017.

CHOPPIN, A. O historiador e o livro escolar. *História da educação*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (11): p. 5-24. Abr. 2002.

CORNELLI, G, et. al. A avaliação de obras do componente curricular filosofia no PNLD 2018. *Veritas*, Porto Alegre, v. 64, n. 1, jan./mar. 2019. Disponível em: < <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/veritas/article/view/30298>>. Acesso em 26, jan. 2021.

FÁVERO, A. A; CENTENARO, J. B; SANTOS, A. P. Reformas curriculares e o ataque ao pensamento reflexivo: o sutil desaparecimento da filosofia no currículo da Educação Básica no Brasil. *REFilo*. Santa Maria, v. 6, p. 01-17, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/refilo/article/view/42599/pdf>>. Acesso em: 22, mai. 2021.

FERREIRA, A. C; BRISKIEVICZ, D. A; FERREIRA, S. A. B. Desafios na Tessitura do Filosofar: A prática da docência no Ensino Médio. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 34, p. 01-21, 2018. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e175684.pdf>>. Acesso em: 28 de abr. 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HENNING, L. M. P. Relações conflituosas entre a Filosofia e Educação no Brasil: implicações ao “Ensino de Filosofia” In: ALENCAR, Marta Vitória de; et al. (org.). *Filosofar e ensinar a filosofar*. São Paulo: ANPOF, 2017.

MELANI, R. *Diálogo: primeiros estudos em filosofia*. São Paulo: Moderna, 2016.

SILVA, M. R. da. A BNCC da reforma do ensino médio: O resgate de um empoeirado discurso. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, p. 01-15, 2018. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e214130.pdf>>. Acesso em: 21 de mar. 2021.

RODRIGO, L. M. *Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio*. Campinas: Autores Associados, 2009.

SANTA CATARINA. *Diretrizes Sanitárias*. Florianópolis: SED/SC, 2020. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/13JpI3bInU3-Do59SkO8xlQLl2LUcc5rJ8/view>>. Acesso em: 21 de mar. 2021.

SANTOS, L. dos R. Prefácio. In: CARMINATI, C. J. (org.). *Ensinar filosofia para quê? O ensino de filosofia na Itália, Portugal, Moçambique e Brasil*. Goiana: C&A Alfa Comunicações, 2020.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.